

## **Relações entre Educomunicação e Direitos Humanos no ponto de vista de Ismar de Oliveira Soares**

Vera Lucia Spacil Raddatz

Enquanto para alguns a educomunicação é uma concepção nova dentro das Ciências da Comunicação, para o Prof Dr. Ismar de Oliveira Soares, autor de diversas obras na área<sup>1</sup>, a tarefa tem sido a consolidação desse conceito e a contínua tentativa de elucidá-lo com seu grupo de pesquisa. Esta década é especialmente expressiva para os pesquisadores dos estudos de educomunicação, pela qualidade dos títulos publicados, pesquisas realizadas e o impacto dos eventos promovidos para discutir este tema, oportunidades ricas para a socialização do conhecimento que está sendo produzido sobre educomunicação.

Paralelamente, registra-se também um movimento muito forte de diversos segmentos da sociedade para discutir a questão dos direitos humanos em toda a sua complexidade, ação que se torna ainda mais emergente mediante o fenômeno das migrações a que o mundo assiste atualmente e que desafia Estados, políticas e comunidade científica a encontrarem soluções ou discutirem racionalmente a temática.

Uma iniciativa que demonstra essa preocupação foi o Seminário Anhembi Morumbi de Comunicação e Educação – Educomunicação: Caminhos Da Sociedade Midiática Pelos Direitos Humanos, realizado em São Paulo de 9 a 11

---

<sup>1</sup> Entre seus livros destacam-se: Do Santo Ofício à Libertação (São Paulo, Paulus, 1988); Para uma Leitura Crítica dos Jornais (São Paulo: Edições Paulinas, 1984); Para uma Leitura Crítica da Publicidade (São Paulo: Edições Paulinas, 1984); Sociedade da Informação ou da Comunicação? (São Paulo: Cidade Nova, 1996); Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação (São Paulo: Paulinas, 2011).

de outubro de 2014, o qual representa também um marco para os referenciais acadêmicos de educomunicação, porque institui, por meio de uma homenagem, o reconhecimento público como “o pai da educomunicação no Brasil” a Ismar de Oliveira Soares, pela sua contribuição ao campo da educomunicação no país.

Dado o envolvimento com práticas em educomunicação, como a coordenação do Projeto de Extensão Rádio na Escola<sup>2</sup>, pela Unijuí, desde o ano de 2008, a realização do II EducomSul, na Unijuí em parceria com a UFSM, em 2013, e o desenvolvimento do software Locutor da Hora<sup>3</sup>, uma ferramenta educamunicativa, que nasceu justamente de uma necessidade do projeto Rádio na Escola, publicamos em 2015 o livro “Educação e Comunicação para os Direitos Humanos”<sup>4</sup>, cuja primeira parte escolhemos abrir com a entrevista de Ismar de Oliveira Soares, concedida durante evento paulista no dia em que lhe foi designado o mérito de “pai da educomunicação no Brasil”. O texto intitula-se “Ismar de Oliveira Soares: a educomunicação para a cultura dos direitos humanos” (p. 21-26).

Nesta entrevista, o Professor Ismar, como também é afetuosamente chamado pelos seus seguidores, explica como a educomunicação é um caminho possível para a efetivação de uma cultura dos direitos humanos, pelo trabalho efetivo com a nova geração. Salienta ainda o papel da universidade como protagonista dessa discussão por meio da pesquisa, orientando para a ideia da participação nesse processo, facilitado pelas tecnologias. Aponta ainda a necessidade de legitimar o conceito de direitos humanos como um conceito coletivo e fundamental para a convivência humana.

---

<sup>2</sup> O Projeto implantou até o momento 21 rádios internas em escolas públicas de cinco municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul. Em 2013 a proposta de interdisciplinaridade evoluiu para a ideia de trabalhar com outras tecnologias e iniciativas empreendedoras, passando a denominar-se “Rádio, Tecnologias e Empreendedorismo na Escola”.

<sup>3</sup> Locutor da Hora – Disponível em: [locutordahora.unijui.edu.br](http://locutordahora.unijui.edu.br)

<sup>4</sup> RADDATZ, Vera Lucia Spacil. (Org.). Educação e Comunicação para os Direitos Humanos. Ijuí: Editora Unijuí, 2015. A publicação reúne reflexões de pesquisadores brasileiros que analisam as relações entre educação, comunicação e direitos humanos, sendo que a maior parte tem como fundamento principal a Educomunicação. Cabe ressaltar ainda que alguns textos são resultado das reflexões realizadas por palestrantes do EducomSul.

É com muita satisfação que reproduzimos aqui, a entrevista com Ismar de Oliveira Soares, que se divide entre uma série de atividades. É professor titular, orientador, pesquisador da Universidade de São Paulo, onde coordena o NCE- Núcleo de Comunicação e Educação da ECA-USP. Como escritor e presidente da ABPEducom – Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação tem difundido a ideia da educomunicação para além das fronteiras brasileiras, coordenando eventos em diferentes regiões, promovendo a articulação de pesquisas e pesquisadores, visando à solidez e à coerência dos fundamentos da educomunicação.

Reitero a importância do seu trabalho como o de uma autoridade em educomunicação no Brasil. Em suas conferências no país e no exterior, além de conquistar novos ou potenciais pesquisadores da área com o seu jeito calmo e determinado de fazer compreender o sentido e a importância da comunicação nessa relação dialógica com a educação, indica caminhos e desafia os que estão a sua volta a ir além daquilo que acreditam ter capacidade, tornando-se agentes coparticipativos desse processo. Isso consiste em desestabilizar o que está óbvio, sair da conformidade, experimentar outras ferramentas disponíveis e dialogar constantemente com quem está ao lado.

Assim, fica mais visível enxergar opções para redescobrir outros ângulos de abordagem de um mesmo objeto, mas antes de qualquer coisa, é um estímulo para aprender a dar significado a práticas educacionais que já se constituem em matéria do cotidiano e que nem sempre enxergamos como tais. A educomunicação é o paradigma que ultrapassa o senso comum porque se concretiza pela noção do coletivo e da participação e em razão disso tem um compromisso evidente com a cidadania. Estes aspectos, obviamente, não são suficientes para caracterizar a essência do trabalho do Prof. Ismar ou da Educomunicação, mas precisam ser olhados como indicativos da afirmação desta nova perspectiva teórica.

Na entrevista pessoal, concedida durante o evento em São Paulo e transcrita abaixo, Soares aborda o papel da educomunicação na formação de uma cultura dos direitos humanos.

**RADDATZ** – A discussão neste evento abrange uma questão fundamental hoje em busca da dignidade do ser humano, que é a promoção de uma cultura dos direitos humanos, a partir da educação. Como a educomunicação propicia esta caminhada?

**SOARES**- A educomunicação entra nesta perspectiva de novos caminhos, oferecendo uma metodologia de trabalho que prima essencialmente por incluir as novas gerações na produção de cultura. São crianças fazendo rádio; crianças, jovens e adultos produzindo meios de comunicação como jornais e meios digitais, por exemplo, sempre numa perspectiva coletivista, de atender as necessidades do grupo e da região. Muito mais do que considerar aquilo que o mercado espera que se atenda no uso das tecnologias, mas de olhar para si próprio. Estatísticas mostram que estamos chegando a 84% de presença da criança, do adolescente e do jovem no uso das tecnologias. Porém o sistema está indicando o caminho desse uso, que é um caminho muito individualista e voltado muito mais para o reforço dessa individualidade do que para trabalhos multiculturais e de interesse coletivo. Então, a educomunicação é uma prática de humanas e simultaneamente também ela alerta para a necessidade de se avançar nesse campo. E nesse sentido, ainda que uma escola não tenha uma disciplina sobre direitos humanos, a prática educacional traz a questão dos direitos humanos numa situação problema. Ao problematizar essa questão, essa prática ensina e as crianças acabam adotando princípios e perspectivas desse trabalho coletivista a partir do uso das novas ferramentas.

**RADDATZ** - Qual o papel da universidade na socialização dessa cultura?

**SOARES** - A universidade tem um papel fundamental porque ela pesquisa, faz cultura e extensão, então ela divulga. A universidade vai introduzir elementos novos nas práticas cotidianas dos grupos sociais e da educação, que não está

tradicionalmente voltada para estas questões, porque estas questões não constituem um tema da atual grade curricular. No entanto, a prática educacional, ao ingressar com seus trabalhos, converte os direitos humanos em tema essencial. Quem vai dizer, ensinar e propor sobre isso é a universidade, porque ao fazer pesquisas e detectar onde isso é praticado, por exemplo, ela pode socializar essas informações para os grupos com os quais tem contato. A pós-graduação faz a pesquisa, mas é a área de extensão que dialoga com a sociedade sobre estas conquistas. E tem sido graças às universidades brasileiras que a educação tem se difundido de uma forma sólida e coerente.

**RADDATZ** - Os meios de comunicação e mais recentemente as mídias sociais e os meios digitais exercem uma influência em diversos graus, mediados, na vida e no comportamento das pessoas. Como se estabelece a educação a partir desses meios?

**SOARES** - Quando falamos de educação, falamos de uma orientação, aquilo que na academia a gente chama de paradigma. Orientação ou paradigma de um trabalho coletivo, compartilhado em que o conceito de participação é fundamental. E nesse sentido, vamos observando que mesmo em situações rígidas, como são as práticas educacionais tradicionais, que são quase engessadas em currículos, elas acabam se convertendo em espaços onde através de uma pedagogia de projetos, através de pequenas ações, começamos a pensar em mudanças. Então, hoje nós estamos sentindo, que mudanças estão acontecendo no Brasil inteiro, por ações de organizações não governamentais, por ações de pequenos grupos ou até de políticas públicas que vão trazendo uma renovação. E no caso, as tecnologias vêm facilitar esse trabalho, porque trazem instrumentos e recursos que possibilitam a criação de redes, as chamadas redes sociais que podem se transformar em redes educacionais. Educar é da natureza da comunicação, enquanto você se comunica você está se educando e multiplicando esse trabalho. Nesse sentido sou muito otimista, porque na verdade, faz pouco tempo que a universidade sistematizou este conceito, não faz mais do

que 15 anos. E, no entanto, nós já temos aí um volume muito grande de organizações, de instituições e de gente envolvida nessas práticas em todo o país.

**RADDATZ** - Podemos acreditar, por exemplo, que uma programação de uma emissora local – educativa, comunitária ou comercial – possa ser orientada pela proposta da educomunicação?

**SOARES** - Sim, como paradigma a educomunicação não está refém ou presa a um determinado setor. Não é uma questão de uma ONG ou de uma escola, mas é uma questão de um procedimento que pode ser desenvolvido em qualquer instância. Uma mídia, um meio de comunicação, um jornal, uma rádio ou televisão, pode desenvolver práticas educacionais. Claro que sabemos que os meios de comunicação se regem por um paradigma muito verticalista - a gente chama isso de funcionalismo - e que muitas vezes a prática dos meios de comunicação é muito autoritária, porque apenas alguns exercem o poder da fala e à multidão cabe o papel de receptora, usuária desse processo. No entanto, um meio de comunicação pode adotar a perspectiva do compartilhamento. Então, temos emissoras que tem propostas nessa área, de ouvir o leitor e o telespectador, de construir projetos conjuntos, de abrir espaços para a divulgação de propostas ou de ações ou de programas elaborados por grupos específicos da sociedade. Na verdade, é uma tendência que existe no mundo inteiro. Se nós formos para os Estados Unidos, as TVs comunitárias de lá são muito fortes, elas estão presentes em todas as grandes cidades e são mantidas até pelo próprio sistema. O próprio sistema comercial da publicidade, por legislação própria, de cada estado, também dá apoio às iniciativas comunitárias. Essas organizações e TVs comunitárias chamam os grupos organizados da região para produzirem. No Brasil não há esse costume, porque nós temos aqui uma visão muito autoritária da maneira de nos comunicarmos. A educomunicação, contudo, chega, para dialogar com os sistemas, inclusive com os sistemas mais fechados, da TV comercial, da rádio comercial, do jornal. Claro que o diálogo com a TV educativa, com a rádio educativa é mais fácil, à medida em que essas emissoras voltadas para a cultura e para a educação, certamente vão se deparar com a existência do conceito de

educomunicação, da prática da educomunicação e elas poderão então manter esse diálogo. Nós já temos o início desse trabalho com alguns canais de televisão, como o Canal Futura, mantido por um grupo de organizações do segundo setor, empresas, portanto. Mas, os dirigentes do canal têm uma visão, uma noção da perspectiva educucomunicativa nas suas práticas. O próprio canal forma jovens e professores para trabalhar com o audiovisual na sala de aula, por exemplo. Então, nós acreditamos que no futuro, à medida em que a educomunicação ganhe força e legitimidade, o diálogo com a mídia vai se tornar cada vez mais importante e necessário.

**RADDATZ** - No seu ponto de vista, qual a principal dificuldade para se efetivar de fato os direitos humanos na sociedade brasileira?

**SOARES** - O grande problema é legitimar o conceito de direitos humanos e tudo que for decorrente desse conceito. E legitimar como algo de interesse coletivo. Na verdade, quando se pensa em direitos humanos, existe até alguns pensamentos pejorativos, quando se diz, por exemplo, que organizações, ONGs usam os direitos humanos para proteger bandidos, e para proteger pessoas que estão fora da lei. Isso significa que o conceito de direitos humanos ainda não foi legitimado como um conceito de interesse coletivo e essencial para a ordem jurídica da população, essencial para a convivência humana. Então, o que nós estamos necessitando hoje é trazer o tema para o cotidiano das organizações, da escola, da sociedade e da família. Não se trata apenas de um arcabouço teórico, construído por filósofos juristas, porém se trata do exercício deste direito e no caso um dos capítulos essenciais é o próprio direito à informação. E nós estamos imaginando a hipótese de cada escola brasileira - teríamos aí uma quantidade que talvez esteja beirando 350 mil escolas do país – se transforme num centro produtor de forma de expressão. Então, nós teríamos uma rede de 350 grupos promotores de comunicação no país. E no caso, a criança que exerça a comunicação livremente no seu espaço escolar, vai aprender as razões disso e vai aprender que se trata de um direito que ela poderá exercer por toda a vida. As práticas - e entre elas as práticas educucomunicativas - estariam favorecendo a

legitimação do pensamento sobre direitos humanos, que ainda é um pensamento trabalhado por uma pequena elite, como algo substancial e que deva estar no cotidiano de toda a vida do país, na região, na escola, na família e na relação dos indivíduos entre si.

São Paulo, 11 de outubro de 2014.

### **Autora**



**Vera Lucia Spacil Raddatz** é professora do Mestrado em Direitos Humanos e do Curso de Comunicação Social da Unijuí; coordena o NEIDH- Núcleo de Educação e Informação em Direito Humanos/adscrito ao PPGD- Programa de Pós-Graduação em Direito/UNIJUI.Contato: [verar@unijui.edu.br](mailto:verar@unijui.edu.br)